



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRECATÓRIO Nº 6061 - DF (2020/0077272-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : LAIRES AMORAS PINTO - ESPÓLIO
REQUERENTE : MARCELO LAVOCAT GALVAO
REQUERENTE : PAULO SERGIO CUNHA
ADVOGADO : MARCELO LAVOCAT GALVÃO - DF010958
REQUERIDO : UNIÃO
REQSTE : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO

Cuida-se de requisição de pagamento oriunda da ExeMS 7386 (201603179595), expedida em favor de LAIRES AMORAS PINTO - ESPÓLIO, MARCELO LAVOCAT GALVAO e PAULO SERGIO CUNHA, estes beneficiários de destaque de honorários advocatícios contratuais.

Intimada, a UNIÃO concordou com a regularidade formal, porém ressaltou que "encontra-se pendente de julgamento nos autos da Execução o recurso da União referente à ilegitimidade dos exequentes falecidos". Em razão disso, requereu que se aguarde definição nos autos principais.

O Ministério Público Federal opinou no sentido de que seja oficiado o juízo da execução para informar a situação da questão suscitada pela requerida antes de se dar prosseguimento ao precatório.

Certidão da Seção de Precatórios e RPV indicando a disponibilidade de verba para liquidação deste precatório.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em consulta aos autos principais, verifiquei que a matéria relativa à ilegitimidade dos exequentes falecidos ainda está em discussão perante o juízo da execução.

Entretanto, tal pendência não configura óbice para o depósito do valor. Ao contrário, é de interesse da parte requerida que a quantia seja depositada o quanto antes para evitar que seja despendido mais recurso público para arcar com a correção que deve incidir até a data do depósito.

Ademais, a Instrução Normativa STJ/GP n. 3/2014 prevê que:

Art. 13. Notificada, nos autos do precatório ou da RPV, a existência de controvérsia, no âmbito do processo de execução, acerca do valor da requisição de pagamento ou de qualquer outra pendência jurídica que impeça sua liquidação, o presidente do Tribunal determinará o seguinte: [...]

II – se a controvérsia envolver o valor total do requisitório, o depósito do valor do precatório ou da RPV em conta remunerada e bloqueada, até decisão final sobre a questão.

Caso o juízo da execução decida a favor da requerida, a quantia bloqueada poderá ser devolvida aos cofres públicos. De outro modo, a quantia poderá ser liberada a quem de direito.

Ante o exposto, determino o pagamento desta requisição com marcação de bloqueio, condicionado à existência de disponibilidade financeira, mediante abertura de conta remunerada em nome do(s) beneficiário(s) em instituição financeira conveniada, reservados os recursos das requisições anteriores pendentes de pagamento (art. 13, II, da Instrução Normativa STJ/GP n. 3/2014).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente